



O DESAFIO POLÍTICO E PEDAGÓGICO

EDU

373.2 (816.5)

E24

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

***A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO:  
O DESAFIO POLÍTICO E PEDAGÓGICO***

Textos para o Seminário "A educação infantil no município: o desafio político e pedagógico", promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Pró-Reitoria de Extensão e da Faculdade de Educação, com o apoio da FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul e CONSEME Conselho dos Secretários Municipais de Educação do Rio Grande do Sul - UNDIME/RS.

Maria Beatriz Moreira Luce  
Maria Isabel Edelweiss Bujes  
Coordenadoras

Porto Alegre, 1992

D - ; MARIA CELINA AMODEO

LM 21.000,00

03.09.92

**CIP - Catalogação na Publicação**

E24 A educação infantil no município: o desafio político e pedagógico / coord. de Maria Beatriz Moreira Luce, Maria Isabel Edelweiss Bujes. Porto Alegre : UFRGS, Pró-Reitoria de Extensão, Faculdade de Educação, 1992.  
f.

Textos para o Seminário "A educação infantil no município: o desafio político e pedagógico", promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através da Pró-Reitoria de Extensão e da Faculdade de Educação, com apoio da FAMURS e CONSEME.

CDU: 373.2(1-21) : 061.3  
061.3 : 373.2(1-21)  
(1-21)373.2 : 061.3  
373.2.014.5

**Índice Alfabético para Catálogo Sistemático**

Educação infantil municipal: Seminário  
373.2(1-21) : 061.3  
Municípios: Educação infantil: Seminário  
(1-21)373.2 : 061.3  
Educação infantil: Política educacional  
373.2.014.5  
Política educacional: Educação infantil  
373.2.014.5

Seminário: Educação infantil no município  
061.3 : 373.2(1-21)

**Bibliotecárias Responsáveis**

Iara Ferreira de Macedo, CRB-10/430  
Neliana Schirmer A. Menezes, CRB-10/939

**Coordenação de edição**

Luciana Facchini  
Maria Isabel Bujes

**Digitação**

Maria Noeci S. Vasconcellos  
Ana Regina V. Aquino

**Editoração eletrônica**

Aldo L. Jung

**Arte da capa**

Kundry Lyra Klipell

**Reprodução**

Copy Star

**Encadernação**

Neide Sanches Fernandes  
Cláudio Branchi  
Eduardo Nogueira

373.2(816.5)  
E24

24984

EDU  
1992/89130-3  
1992/07/28

## O ADULTO DIANTE DA CRIANÇA

Jussara M. L. Hoffmann\*

Em 1989, recém concluída uma pesquisa<sup>1</sup> em instituições assistencial e pública de educação infantil de Porto Alegre, escrevemos (as pesquisadoras) em nosso relatório, a título de conclusão"

*"As crianças de nossas creches não é dado o direito de pedir colo, sujar-se, brincar na água (porque dá bronquite), brincar na areia (porque dá alergia), acordar antes do tempo, quebrar brinquedos, rasgar o livro, fazer barulho.*

*O que elas podem ou não fazer é definido pelo adulto e essas decisões estão a serviço da rotina e do conforto das pessoas que aí trabalham, mesmo que inconscientes do seu significado e do autoritarismo nelas subjacentes" (Bujes e Hoffmann, 1989).*

Hoje não me parece menos grave essa conclusão. Há sete anos vivendo a realidade dessas instituições, como professora orientadora de estágio<sup>2</sup>, percebo esse contexto como cada vez mais sério, talvez por um sentimento cumulativo de indignação ao longo dos últimos anos.

Daí ter eleito tal tema para desenvolver nesse momento: "O adulto diante da criança".

Leio no relatório de uma professora de uma classe de pré-escola (crianças de 4 a 5 anos):

*"Quando conseguimos acompanhar a construção do pensamento das crianças, é inevitável o surgimento da paixão por elas. Pois como é que seres tão pequenos, em idade e tamanho, são capazes de estabelecer tantas interligações, compondo, decodificando uma impressionante quantidade de informações?" (Dehnelzelin, in Primeiros Passos, 1986, p. 50)*

Prétendo sugerir que tal paixão possa estar, de fato, vinculada à descoberta da criança como ser pensante, ativo, curioso e que vive o seu próprio tempo. E

---

\*Professora Assistente da UFRGS

<sup>1</sup>Pesquisa desenvolvida em convênio com o INEP, 1988 e 1989: "O pedagógico na pré-escola: das intenções à realidade".

<sup>2</sup>A disciplina EDU 368: Prática na Pré-Escola I consta do currículo do Curso de Pedagogia - Habilitação Pré-Escola, FAGED/UFRGS. As alunas desenvolvem ações educativas com crianças de 0 a 3 anos em creches assistenciais e públicas no 7º semestre do curso.

a questão que passo a fazer, então, é: Em que medida os adultos reconhecem e valorizam o tempo de ser criança?

Pela primeira vez na história, a Constituição Brasileira de 1988 faz referência a direitos específicos das crianças. Entretanto, garantirá a Constituição o direito à criança de ser respeitada em suas próprias possibilidades? O atendimento à criança, através de programas de educação infantil, moldar-se-á pela conveniência do adulto ou a partir do significado da infância?

Historicamente, as instituições surgem para atendimento às mães trabalhadoras. Paralelamente, até hoje, se discutem os benefícios que possam advir à criança, o fato de deixá-las desde bebês sob a guarda dessas instituições e separadas da mãe. Dessa forma, talvez, os programas carreguem fortemente a concepção de ser "mais para a mãe" do que "para a criança". Os adultos que neles trabalham, tomam a maior parte das decisões sob esse forte ponto de vista. Em várias instituições em que trabalhamos ocorre das crianças bem pequenas não poderem ir para a praça durante os vários meses de inverno, mesmo em dias de sol radiante. A consideração de apenas uma ou duas mães sobre riscos de resfriado transforma essa proibição em regra geral. Não se discute sequer o fato, porque a instituição "a priori" atende a necessidade e o interesse das famílias!

Incluimos numa pesquisa<sup>3</sup>, que então desenvolvemos, uma questão aos adultos que trabalham com as crianças em instituições assistenciais e públicas de educação infantil: O que significa respeitar a criança? Essa pergunta eu penso que se deva fazer a todos (políticos, administradores, educadores) responsáveis em constituir e desenvolver programas de atendimento a crianças de 0 a 6 anos. Porque a vivência nas instituições me revela um excessivo privilégio a programas de proteção e vigilância, mas que desconsideram a criança em suas características próprias.

*"Se vigia a criança para que "cresça", guardada, alimentada, protegida... Uma vigilância, entretanto, que não lhe permite crescer de fato, porque a limita nas suas possibilidades. Limita o seu presente, modela o seu futuro..." (Bujes e Hoffmann, 1989)*

Quero dizer que o compromisso que se enfrenta hoje, é o de cada vez mais garantir a criação de espaços para as crianças onde elas sejam verdadeiramente respeitadas em seu tempo de desenvolvimento. De encaminhar-nos a uma proposta pedagógica que ultrapasse a visão assistencialista e paliativa de atendimento às mães e desenvolver programas que considerem a criança em sua

---

<sup>3</sup>Pesquisa em desenvolvimento pelo Grupo de Estudos de Educação Infantil da FACED-/UFRGS: "A representação da criança por adultos em instituições assistenciais e públicas de educação infantil".

cidadania desde já constituída, seres políticos, sujeitos do seu próprio desenvolvimento. E esse compromisso envolve uma ação educativa cujo objetivo essencial deve ser a busca de promoção da autonomia moral e intelectual da criança de 0 a 6 anos. Segundo Kamii, 1991

*"Todas as crianças são obrigadas a obedecer o adulto pelo menos algumas vezes na vida, mas também muitas são incluídas no processo de tomada de decisão. A proporção da cooperação na interação adulto-criança será o fator determinante para o desenvolvimento da autonomia" (p. 23)*

O que se observa, na maioria das instituições, em primeiro lugar, é o uso abusivo de limites impostos à criança e da sua obediência garantida através de punições (e, por vezes, recompensas). Há, na verdade, uma desproporção enorme entre determinações dos adultos e decisões ou escolhas das crianças. As expectativas sobre elas, tidas como ideais pelos adultos, negam suas condições concretas. A lógica dos adultos contradiz a lógica das crianças. E o que preocupa, fundamentalmente, é a postura acrítica e ingênua dos profissionais em relação à ação de dominação que exercem sobre elas em todas as situações.

Perguntaria, então, o que se pensa sobre o ideal de uma instituição de educação infantil. Instituições que contemplem:

- . Planos de trabalho anuais apresentados aos pais, com unidades temáticas variadas e desenvolvidos conforme o previsto?
- . Ambientes limpos e organizados, decorados com painéis e gravuras adequadas às crianças?
- . Espaços ao ar livre desprovidos de qualquer equipamento que ofereça perigo às crianças?
- . Prioridade dos profissionais aos cuidados com o sono, higiene e segurança das crianças?
- . Oferecimento de lanches e refeições fartas várias vezes ao dia?
- . Crianças calmas e organizadas, desenvolvendo os "trabalhinhos" propostos pelos professores?

Esse quadro não nos parece, à primeira leitura, demonstrativo do ideal de uma instituição?

Quando apresento esses itens a educadores, em geral, percebo o quanto é difícil para eles compreender o duplo sentido dessas características tidas como ideais. Ou seja, é difícil compreender os sérios limites que esse quadro possa

representar em termos do desrespeito às necessidades das crianças em suas etapas de desenvolvimento.

Poderíamos comentar algumas dessas características apontadas, desvelando o seu sentido negativo.

As unidades temáticas previstas pelas instituições privilegiam muitas vezes o ensino verbal, o ensino de conceitos, desenhos mimeografados, conteúdos desprovidos de significado à criança (Dia do Índio, Animais Selvagens, Alimentos, Meios de Transporte). A transmissão de informações, a memorização de nomes prepondera sobre o agir da criança e as incríveis descobertas em sua interação com o meio.

A limpeza e a organização das salas determina-se pelo horário de saída dos funcionários, mesmo que represente "não poder pintar", "não poder colar", "não poder brincar com os jogos e brinquedos" por duas ou três horas do dia.

O desenho da criança (de garatujas e rabiscos incríveis) é guardado na pasta. O que decora a parede é o cartaz da professora (colorido, limpo, impecável).

As crianças são levadas a brincar no gramado, no pátio de laje (longe dos balanços e dos trepa-trepas) para que as professoras possam ficar tranquilas quanto ao perigo que elas venham a enfrentar.

Brincadeiras são interrompidas bruscamente, os bracinhos cruzados, cabecinhas na mesa, pois é hora do lanche (mesmo que esse se atrase por 30 minutos). Não se conversa durante as refeições.

Ninguém fala ou levanta do berço ou colchão enquanto a última criança não acordar. Não se pode brincar ou ler um livro, mesmo em silêncio.

Se é hora dos pais buscarem, a estória termina ali ou o brinquedo é tirado das mãos. Lindas tranças são feitas, roupas limpas da sacola, carinhas e mãos lavadas. (Não importa o choro e a vontade de continuar a brincar)

Desde os dois anos, "trabalhar" significa desenhar, pintar, colar, recortar, prestar atenção à estória da professora. Correr, pular, empilhar, jogar bola, entrar na caixa, não são "trabalhos", mas "agitação".

O que significa, de fato, respeitar a criança?

Jovens professoras respondem a essa pergunta:

- "Respeitar é não atropelar, não fazer por ela, é conhecê-la para proporcionar experiências, deixá-la ser criança".
- "Respeitar é deixá-la expressar-se da maneira que lhe convém, é tentar entender suas manifestações".

Destaco, dentre suas respostas, dois princípios que me parecem os mais significativos:

- . Conhecer a criança para proporcionar-lhe experiências adequadas às suas possibilidades.
- . Deixá-la expressar-se (dar oportunidade de) e da maneira que lhe convém.

Diria, mesmo, que o respeito à criança, que a "paixão" por ela, dependem da dimensão em que perseguimos tais princípios. Refiro-me à tomada de consciência sobre o significado das propostas pedagógicas de educação infantil. Tais propostas precisam fundamentar-se em estudos sérios sobre como se dá o desenvolvimento moral e intelectual das crianças de 0 a 6 anos (conhecer a criança). Em termos da relação de dominação que o adulto vem exercendo nessas instituições, é preciso discutir se pretendemos formar um cidadão crítico e responsável por suas ações ou passivo e submisso (deixá-la expressar-se e da maneira que lhe convém).

O que poderá efetivamente garantir um trabalho de qualidade junto às crianças e que ultrapasse a visão assistencialista e de dominação?

Piaget (1984) nos diz que

*"a criança obediente é por vezes um espírito submetido a um conformismo exterior, mas que não se apercebe "de fato" nem do alcance real das regras às quais obedece, nem da possibilidade de adaptá-las ou de construir novas regras em circunstâncias diferentes". (p. 68)*

Muito cedo já se desacredita no seu futuro e se reforça esse caráter de submissão. Os adultos que lidam com as crianças nessas instituições descrevem-nas como:

- "Agressivas"
  - "Carentes"
  - "Devagar para a idade"
  - "Muito pobres"
  - "Filhos de pais ignorantes"
  - "Preguiçosas e ignorantes"
  - "Sem condições de continuar a estudar"
  - "Futuros marginais, trombadinhas da vida"
  - "Que precisam de ocupação para não se desvirtuar"
- (Dos depoimentos colhidos nas instituições, Bujes e Hoffmann, 1989)*

Percebo, através de minha permanência nessas instituições, que essas crianças, sobre as quais se acredita um futuro pouco promissor, nos acolhem imediatamente à medida em que nos percebem como verdadeiramente disponíveis em brincar com elas, prestar atenção em suas manifestações. Todas

elas nos surpreendem com suas incríveis descobertas, quando criadas as oportunidades de agir, de falar, de inventar.

*"O alcance educativo do respeito mútuo e dos métodos baseados na organização social espontânea das crianças entre si é precisamente o de possibilitar-lhes que elaborem uma disciplina, cuja necessidade é descoberta na própria ação, ao invés de ser recebida inteiramente pronta antes que possa ser compreendida. Nisso é que os métodos ativos prestam o mesmo serviço insubstituível, tanto na educação moral, quando na educação da inteligência: o de levar a criança a construir ela própria os instrumentos que a irão transformar, partindo do interior, ou seja, realmente, e não mais apenas superficialmente". (Piaget, 1984, p. 69)*

É preciso dizer que quando se fala em respeito à criança, não é sinônimo de atitudes passivas ou permissivas. E que esse entendimento ocorre à medida em que se aborda tais princípios superficialmente, sem aprofundamento teórico. Piaget reconhece que na vida real, não se pode deixar que a criança tenha uma liberdade ilimitada. É impossível evitar totalmente a coerção do adulto. O que se quer alertar é sobre o perigo da "desproporção". Ou seja, o poder do adulto, ao invés de reduzido ao mínimo, determina todas as direções nas instituições (pais, diretores, professores e funcionários). O que, a meu ver, pode revelar a concepção de uma sociedade sobre o futuro dessas crianças.

Assim como no seu interior (da creche) a criança sofre a ausência dos adultos que lhe dão efetiva atenção ou que a compreendam em sua existência concreta, também a sociedade abandona a infância a uma sobrevivência desamparada. Revela-se, no interior dessas instituições, a expectativa de toda uma sociedade sobre suas crianças: expectativa de uma infância de submissão e de espera do tempo de não ser mais criança.

#### **Referências Bibliográficas**

1. BUJES, Maria Isabel, HOFFMANN, J. *A creche à espera do pedagógico*. Porto Alegre, UFRGS/INEP, 1989.
2. KAMII, Constance e DEVRIES, Rheta. *Jogos em grupo na educação infantil*. São Paulo, Trajetória, 1991.
3. PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro, José Olímpio, 1984.
4. *Primeiros Passos*. Centro de Estudos Escola de Vila. São Paulo, 1986.